

Aos (02) dois dias do mês de outubro de 2024, reuniram-se na Sala de Formações da SEMED, para a 9ª Reunião do Conselho Pleno, os seguintes Conselheiros: Ana Lucia Rodrigues, Angela Pereira Branco, Carmem Lúcia de O. Rocha, Clície Maria C. Negoseki, Daniela Medeiros de Oliveira, Domingas de F. C. Amaral, Fabio Braun, Izala Sidinéia Ramos Pampuch, Jessica Meirieli de S. C. Fuzeti, Leila Gonçalves de Carvalho, Maria Helena Guedes Tetu, Maria Madalena de C. Hitner, Marillette Kuhnen, Marilza Aparecida P. Teixeira, Maristela do Rocio Dittert, Rodrigo Cristiano de Oliveira, Rosiani Silva Francheto, Sandro de Jesus Correia, Sônia Regina Correa Mafra, e como convidados: Elaine Grebogy, Fábio Petroski e Halyne Czmola, Tendo como pauta: 1- Abertura da Sessão Plenária: 1.1- Verificação do quórum, faltas justificadas e injustificadas; 1.2- Aprovação da ata; 2- Parecer da proposta do Núcleo de Educação Digital; 3- Portaria Referencial Curricular de São José dos Pinhais; 4- Programa Mente Ativa e Ensino e Aprendizagem do jogo de Xadrez - PMAX; 5- Denúncias; 6- Portaria Escolha de Turmas da Educação Especial: sugestões de alterações; 7- Deliberação do Calendário Escolar 2025; 8- Processos: 8.1 – Criança N.K.L. CMEI Meu Tesouro; 8.2 – Escolas e CMEIs: 8.2.1 – Vovó Rozária: Credenciamento para oferta da Educação Infantil; 8.2.2 – Colégio Dom Bosco: Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil; 8.2.3 – Escola Terra da Criança: Mudança de endereço e Mudança de denominação; 9- Programa Aquisição de Vagas; 10- Correspondências.

A Presidente Ana Lucia inicia a reunião cumprimentando a todos e conforme a pauta informa as faltas justificadas: Carolline, Dhebora, Lorena, Stela, Valdelíria, Juliana Canassa, Evelyn, Bárbara, Fátima Batistão e Fabiano Setim. Conselheiros em férias: Marcos Aurélio, Vilma, Andrey, Luiz Carlos e Juliana Criminácio, Carla está de licença prêmio. A Presidente coloca que há 12 (doze) representações e dando sequência a pauta diz que foi encaminhada a ata da 8ª reunião ordinária, realizada no dia 04/09 e não houve nenhuma consideração ou observação, então pergunta se os Conselheiros aprovam a ata. A ata foi aprovada. O Conselheiro Fábio chega na reunião e agora há 13 representações. De acordo com a pauta a Presidente Ana Lucia coloca que os convidados Elaine, Fábio e Halyne, irão fazer uma breve apresentação sobre o Núcleo de Educação Digital, a proposta já foi apresentada na Câmara de Normas e Planejamentos no dia 27/09 e foi aberto para quem não fosse da Câmara e quisesse participar, e a Câmara de Normas e Planejamento aprovou a proposta do Núcleo de Educação Digital. A Professora Elaine explica resumidamente sobre a proposta do Núcleo de Educação Digital e seus objetivos, ao final da apresentação a Presidente Ana Lucia complementa dizendo que a legislação nacional coloca a computação como obrigatória e deve constar no referencial Curricular, além de ser uma condicionalidade do recebimento do VAAR o ano que vem. A professora Elaine complementa a sua fala dizendo: “a gente colocou justamente a nossa visão de Educação Digital, que muitas vezes é confundida com um aspecto mais reducionista de concepção, que na verdade, perpassa muito mais a questão de instrumentalização, ela ultrapassa, então a gente precisa de todo um olhar crítico, reflexivo, para que a gente consiga realmente colocar o estudante no centro do processo, de modo que ele não só use tecnologia, mas que ele entenda a tecnologia para que ele possa criar com, e não simplesmente utilizar. Então toda essa proposta nossa já de escrita no referencial, ela se articulou em torno disso, e é assim que a gente acredita o trabalho.” A Presidente Ana Lucia pergunta se alguém tem alguma dúvida ou esclarecimento. A Conselheira Rosiani faz um complemento dizendo: “às vezes, a gente pensa que avançar nessa questão de tecnologia, seja implementar laboratórios de informática dentro das escolas, mas a perspectiva é outra, já ficou isso lá atrás, só esclarecer, porque talvez, estamos falando de um núcleo de tecnologia, mas as escolas não têm os laboratórios com os computadores, a perspectiva é totalmente outra, como a Elaine acabou de explicar.” A Professora Elaine esclarece novamente sobre a perspectiva e a escolha do nome. A Conselheira Maristela pergunta se a solicitação seria

de um espaço fixo, e coloca que hoje precisa de formação não só para as crianças, mas também para os profissionais. O Professor Fábio responde que a pauta é criar o espaço e ter a garantia dele, independente das próximas gestões, para que o trabalho não se perca e seja dado continuidade, dentro do Núcleo tem um espaço para formação de professores, equipe pedagógica, administrativos, direção, todo o corpo de profissionais, diferente do CAR, que é o espaço que fica na Escola Pe. Pedro Fuss, uma sala de formação com o equipamento para realizar. A professora Elaine complementa que a equipe tenta articular, e tem a consciência da necessidade de formação dos profissionais, mas também sabe das limitações e dificuldades, que envolve toda a questão de aquisição, a parte da formação, a parte da implementação, a questão do digital, envolve muita coisa, não só a questão de chegar lá na ponta com o estudante, envolve a questão de formação do profissional, o trabalho será muito intensivo no sentido de formação de professores, para que realmente consiga atingir essa ponta na perspectiva. A Conselheira Maristela coloca que uma vez implementado o núcleo, terá uma visão de demanda de pessoal. A Presidente Ana Lucia coloca que não é só uma questão de legislação, mas é uma realidade necessária, então pergunta se o Colegiado aprova o Núcleo de Educação Digital. Ninguém se manifestou contra, o Núcleo de Educação Digital foi aprovado por unanimidade. A Presidente Ana Lucia coloca que é feito um Parecer Normativo para a Secretaria, e colocado todo o histórico e também o que é solicitado que compete à Secretaria. O Parecer Normativo CME/SJP nº 03/2024 é colocado compartilhado em tela e a Presidente Ana Lucia faz a leitura da parte que compete à Secretaria da Educação esclarecendo alguns pontos, ao final pergunta se alguém quer colocar sugestão. A Professora Elaine coloca que o Núcleo precisa também um representante do nível técnico, pois apesar das pós graduações se relacionarem com a área da tecnologia, a formação base é de professor/pedagogo, e há várias questões que envolve na qual eles precisam estar buscando esse conhecimento. A Professor Fábio coloca que seria um opção também de algum profissional lotado na TI se for o caso, ter um profissional da TI exclusivo para a Educação. A Presidente Ana Lucia sugere que poderia ser até um agente administrativo com formação em TI para auxiliar. A Presidente pergunta novamente se estão todos de acordo com o Parecer. Ninguém se manifesta contra. A Presidente Ana Lucia coloca que irá fazer as considerações e após será encaminhado para a Secretaria e depois publicado em Diário Oficial. Seguindo a pauta sobre o Referencial Curricular a Presidente coloca que foi recebido o documento organizado com os cadernos de forma digital, em seguida faz a leitura do ofício nº 954/2024 – SEMED, após a leitura a Presidente Ana Lucia coloca que foi organizada uma comissão com membros do Conselho, que não estão diretamente ligados ao gabinete, e apresenta a Portaria CME/SJP nº 02/2024 com os nomes dos membros da Comissão e colocado que a comissão irá se reunir de forma on line e presencial se for preciso, serão chamados também os responsáveis pela escrita para fazer a apresentação, o documento será enviado para leitura e poderá ser feitas considerações na fase final. A Presidente Ana Lucia pergunta se há alguém contrário a essa condição ou se abstém. Ninguém se manifesta. A Presidente dá sequência a pauta, colocando que foi recebido um documento do Programa de Xadrez, o Programa Mente Ativa de Ensino e Aprendizagem do jogo de Xadrez – PMAx, que irá para análise da Câmara de Planejamento e Normas. Seguindo a pauta no item 5, que são as denúncias, a Presidente coloca que foi recebido uma denúncia de uma Escola particular, a Escola encaminhou também para o Gabinete da Prefeita, essa escola particular já tem toda uma organização para receber alunos do Programa Compra de Vagas, fica na região do Afonso Pena e ela não recebeu e está questionando por que ela não recebeu, sendo que uma outra Escola que foi criada agora recebeu crianças pelo Programa Compra de Vagas, e são da mesma região, então será feito o encaminhamento para a SEMED. A outra denúncia recebida foi referente à escola Padre Pedro Fuss, uma pessoa lotada lá, reclamou de uma educadora, já foi feito o encaminhamento e a SEMED respondeu. A Presidente

faz a leitura da denúncia sobre a Educadora, e em seguida a resposta da SEMED, enviada pela Escola Padre Pedro Fuss. A Presidente pergunta se a Conselheira Clície gostaria de comentar algo. A Conselheira Clície explica que a função do Educador não é fazer adaptação das atividades como foi descrito. A Conselheira Domingas de Fátima coloca que aluno com Altas habilidades não precisa de acompanhamento individual. A Conselheira Clície pede para explicar o contexto e coloca que nessa unidade haviam 3 (três) educadoras e quando foi fechado o contrato com os profissionais de apoio, foi encaminhado os profissionais de apoio para que os educadores pudessem ser removidas para os CMELs, mas as educadoras permaneceram na Escola, assim que chegou a denúncia, os profissionais de apoio enviados foram removidos para outra escola e as educadoras ficaram lá, já que elas não saíram então que fizessem o papel do profissional de apoio, o quadro de atendimento dela só foi enviado depois que as profissionais de apoio saíram de lá, “mas até então a referida educadora estava sim sem fazer nada, porque as meninas do departamento estão nas Unidades todos os dias, e elas observaram isso, então não foi uma denúncia infundada.” A Conselheira Maristela pergunta o porque foi retirado as duas profissionais de apoio e não elas. A Conselheira Clície explica que devido ao período eleitoral não se pode transferir ninguém. A Conselheira Domingas de Fátima pede uma justificativa do porque os alunos com altas habilidades precisam de apoio pedagógico. A Conselheira Rosiani coloca que nessa Escola tem ETI e nenhuma das Educadoras auxiliam no horário de almoço da ETI. A Presidente Ana Lucia coloca que conversou com a Diretora Geral e a Secretaria está acompanhando a denúncia, o departamento já colocou quais são as atividades que essa pessoa precisa cumprir. A Próxima denúncia foi recebida do Ministério Público sobre o professor Pedro Paulo Toscana da Escola Municipal Ezaltina Camargo Meiga. A Presidente Ana Lucia faz a leitura do documento e logo após a Conselheira Rosiani que acompanhou todo o processo faz os esclarecimentos contando resumidamente sobre o acontecido, a Conselheira Rosiani relata que no mês de abril o Sindicato procurou o departamento solicitando uma reunião para fazer uma contra ata com o profissional, alegando que o mesmo estava sendo atacado por questões religiosas, foi apresentado a ata feita na Unidade e ele gostaria de fazer a contra ata para trazer a versão dele dos fatos ocorridos na unidade, o Professor trabalhava com a Educação em Tempo Integral nessa unidade, tendo uma turma de manhã e uma turma a tarde, ele utilizou uma unidade temática para contar um Itan que é um conto de religiões afro, e nesse itan contou a história de um orixá que foi picado por abelhas, ele fez esse link porque os professores estão desenvolvendo um projeto sobre a polinização das abelhas, mas uma mãe procurou a Escola dizendo que o professor estava impondo a sua religião para as crianças, a direção da Escola chamou o professor apenas para repassar para ele a posição da família que procurou a escola, porém a pessoa que redigiu ata foi infeliz no texto, pois iniciou a ata colocando que estavam se reunindo para tratar da religião do professor e não era isso, na ocasião ele não quis colocar na ata a sua posição, foi ofertado, ele não quis e procurou o sindicato, e solicitou a contra ata, na sequência, a equipe foi até a unidade, foi conversado com o professor, com a equipe pedagógica, direção, a articuladora, foi dado toda orientação do trabalho de memória e história, que talvez tenha ido demais para a questão religiosa, que o ensino religioso é orientado que trabalha as quatro matrizes, não apenas uma, como ele trabalhou algo voltado para a matriz afro, ficou evidenciando uma só, por isso talvez a família tenha interpretado isso, foi feita toda uma orientação, porém, a família que veio à escola, não se sentiu atendida e começou ali um burburinho na comunidade, no final de maio, começo de junho, recebemos no Departamento sete mães, de uma única vez, e a coisa estava crescendo de mães, inclusive, que não tinham filhos na educação integral, mas que se conheciam no bairro, se encontravam no mercado, e a coisa estava crescendo muito no bairro, até que no final do primeiro semestre voltamos até a escola, conversamos com o professor e colocamos ele a par do que estava acontecendo e

colocando do nosso temor real da integridade física dele, porque as coisas começaram a crescer de um jeito que saiu do âmbito da diversidade religiosa e começou a surgir outras desconfianças, porque o professor da aula com a porta fechada, da aula com a janela fechada, ele é um homem, então foi dito para ele tudo o que foi posto e que temiam mesmo pela integridade física dele, ele perguntou o que deveria fazer e foi colocado a única opção no momento seria ele solicitar uma remoção, mas a decisão era dele, foi aberto uma sindicância para investigar os fatos, conforme orientação do Sindicato, mas no final do semestre ele solicitou a remoção de ofício e agora ele está na Escola Leonilda Trevisan, com a matéria de ciências. A Conselheira Maristela comenta sobre a importância e responsabilidade de redigir uma ata, e ressalta que é importante ter uma formação quanto a isso, pois na época tudo começou por causa do início da Ata que foi colocado que o assunto seria a religião do professor e não era. A Presidente Ana Lucia coloca que então será respondido o Ministério Público, dentro das informações que foram colhidas e colocando que agora o profissional está em outra Unidade e que o mesmo foi bem acolhido e está fazendo um bom trabalho. Seguindo a pauta, a próxima denúncia é do coletivo de pedagogos, a denúncia já foi apresentada em reunião anterior e foi para análise na Câmara de Educação Infantil, a Presidente Ana Lucia coloca que o Departamento de Educação Infantil respondeu, mas também solicitou esclarecimentos em relação a todas as divisões e departamentos envolvidos: Departamento de Inclusão e Educação Especial, do Suporte Operacional, a Divisão de Suprimento e Apoio de Pessoal, para depois ser encaminhada ao gabinete da SEMED para o Conselho, mas veio só com o do Suprimento e Apoio pessoal, então a Câmara deliberou que viesse também o Departamento de Inclusão e Educação Especial, e do Departamento de Suporte Operacional, foi encaminhado ofício solicitando. A Conselheira Clície coloca que quando a Sara passou sobre a resposta da denúncia ela se colocou de acordo com as alegações do Departamento de Educação Infantil. A Presidente coloca que então falta só a Divisão de Suporte Operacional e assim que tiver, será chamado o coletivo para conversar e repassar, mas seria importante que o próprio Departamento chamasse esse coletivo e conversasse. Passando para a próxima pauta a Presidente Ana Lucia faz a leitura do ofício nº 949/2024 – SEMED, que trata sobre a revisão das portarias de escolha de turma da Educação Especial, e coloca que foi solicitado que viessem também do Fundamental e do Infantil, para fazer um olhar conjunto de todas as portarias. A Próxima pauta é sobre o Calendário de 2025, a Deliberação sobre o Calendário é compartilhada em tela a Presidente Ana Lucia faz a leitura de alguns pontos principais e diz que será colocado no documento que os sábados sejam realmente efetivados com pelo menos um sábado entre família e escola, e que seja o cumprimento dos profissionais, duas horas para quem cumpre quatro, e quatro horas para quem cumpre oito horas e cuidando do dia letivo que é de quatro horas. A Presidente salienta que as escolas que fazem parte da educação em tempo integral seguirão o calendário do qual seu funcionamento está autorizado, porque no anterior estava que teria um calendário próprio. A Conselheira Rosiani sugere que seja complementado “de acordo com suas especificidades.” A Presidente Ana Lucia concorda e pergunta se há alguém contrário. Ninguém se coloca contra. A Presidente ressalta mais alguns pontos e coloca sobre a sugestão da Conselheira Maristela para que fosse seguido o calendário de Curitiba. A Conselheira Maristela coloca que não seria seguir, mas articular parecido porque tem muitas servidoras que trabalham nos dois municípios e tem a questão de que eles começam bem depois, começam com reunião no dia 15 de fevereiro e com aluno, uma semana depois. A Conselheira Jessica coloca que é pedagoga em Curitiba e a diferença é que os conselhos de classe não tem dispensa de estudante, porque tem o co-regente então, ele substitui o professor para participar de conselho de classe, e as reuniões pedagógicas estão dentro do recesso. A Conselheira Maristela coloca que só pensou em articular porque há várias servidoras e servidores que trabalham nas duas prefeituras, então seria bom

chegar o mais próximo possível. A Presidente Ana Lucia apresenta o calendário do Estado e explica todas as considerações e discussões que houveram com a Associação do Município, UNCME, UNDIME, SEED e Conselho Estadual, e o SINEPE participou também, foi colocado 201 dias letivos para prever o dia do feriado municipal de cada município. Curitiba tem um acordo que não pode começar antes da primeira quinzena de fevereiro, a Presidente explica também a questão das férias que são diferentes e coloca que o nosso calendário terá que prever no mínimo 202 dias letivos para contemplar os dois feriados, (19/03 e 28/10) e acrescenta que quem elabora o calendário é a Secretária de Educação, junto com os departamentos e as unidades também, e cabe ao Conselho olhar para ver se está dentro da legislação. A Presidente pergunta quanto a Deliberação se há alguém contrário. Ninguém se manifesta. A Deliberação CME/SJP nº 06/2024 é aprovada. A Conselheira Leila coloca que no ano passado, algumas Unidades particulares que não fazem parte do Programa de Aquisição de Vagas questionaram que gostariam de iniciar após o carnaval, quase batendo com o calendário de Curitiba e não conseguiram, e pergunta: “Como que fica essa questão?” A Presidente Ana Lucia responde que o SINEPE fez parte da discussão para fazer da mesma forma, então as Unidades ligadas ao SINEPE ou a ASSEPART, elas seguem mais ou menos e é dado a mesma orientação, e as grandes redes como Bom Jesus, Acesso e Elite, tem as suas especificidades e tem um calendário único para o Brasil inteiro, mas fica orientado que se chegue o mais próximo possível do calendário estadual, algumas coisas são negociadas e outras não são permitidas, é analisado caso a caso. Passando para a pauta dos Processos a Presidente Ana Lucia coloca sobre a solicitação da mãe que tem o seu filho no CMEI Meu Tesouro e está solicitando a permanência dele no Pré I, ele tem 4 anos, teve paralisia cerebral, foi solicitado e recebido o Parecer do Departamento de Inclusão e Educação Especial sobre o caso, a Presidente pede para que a Conselheira Marilza, Presidente da Câmara de Educação Infantil, faça a colocação. A Conselheira Marilza coloca que o Departamento de Inclusão e Educação Especial, fez toda uma análise e a Câmara sempre tem pensado nas questões da criança a partir do que o Departamento Especial encaminha, a Conselheira Marilza coloca que a criança não tem perda cognitiva e tem boa condição de continuidade, enquanto ela faz os atendimentos que são suportes para o seu desenvolvimento, e a Câmara de Educação Infantil votou para que ela prossiga para o Pré II. A Presidente Ana Lucia acrescenta que foi colocado que deverá ser feito um acompanhamento pelo Departamento de Inclusão e pelo Departamento de Educação Infantil e também fazer uma avaliação no final do ano que vem, a princípio não tem perdas, ele nasceu em 29/02/2020, se a mãe quisesse ela poderia ter segurado, na ata da Escola com a família o próprio Departamento de Educação Infantil que orientou que procurassem o Conselho, por isso foi verificado somente com o departamento de Inclusão e Educação Especial, então essa criança irá prosseguir. Seguindo com a pauta dos Processos a Presidente Ana Lucia coloca a Solicitação do credenciamento para oferta de educação infantil do CMEI Vovó Rosária; a renovação de autorização de funcionamento para oferta de educação infantil do colégio Dom Bosco; Mudança de denominação da Escola Terra da Criança para Escola Sagrados Corações de Jesus, Maria e José; a Renovação de autorização de funcionamento para oferta da Educação Infantil; o Credenciamento da Instituição para oferta da Educação Infantil e Mudança de endereço da Escola de Sagrados Corações de Jesus Maria e José, A Presidente coloca que os processos já foram analisados e pergunta se há alguém contrário ou alguma abstenção. Ninguém se manifesta. A Presidente Ana Lucia segue para a pauta do Programa de Aquisição de Vagas e coloca que foi solicitado a análise dos documentos, dos contratos referentes às unidades do compra de vagas, são 4 (quatro) unidades, mas só veio os contratos e o Conselho analisa todo o processo, tirando o CEI Ateliê Kids, os processos do Soletrar, Inspiração e Betel, já foram publicados em diário oficial e a análise do Conselho precisa ser anterior a publicação. Seguindo para a pauta das correspondências a Presidente coloca que

recebeu a solicitação de um aluno do AMA, mas a documentação da criação do AMA não veio para o Conselho ainda. A Conselheira Clicie coloca que estão com uma dificuldade muito grande com a questão do CNAE, porque não aparece Centro de atendimento Educacional Especializado, então foi decidido que será colocado Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental. A Presidente Ana Lucia coloca que como a documentação do Espaço não chegou ainda para o Conselho, não tem como deliberar. A Próxima correspondência recebida foi a resposta do Ministério Público em relação a solicitação deliberada pelo Conselho para que a data de eleição dos Diretores esse ano fosse alterada para novembro, a Presidente Ana Lucia coloca que a solicitação foi negada e faz a leitura da conclusão da PGM. A Próxima correspondência recebida é ofício nº 984/2024 – SEMED, que solicita a dispensa dos estudantes no dia 10/10/24 devido a mudança de sede que ocorrerá no dia 09/10 e pedem, caso aprovada, autorização para que a reposição seja feita por meio de atividades remotas. A Conselheira Maristela questiona qual seria a justificativa para a reposição não ser presencial, pois quando houve a paralisação, não pôde ser atividades remota. Os Conselheiros explicam que os professores estarão trabalhando no dia da mudança, somente as crianças que serão dispensadas, e caso haja reposição presencial, a mantenedora terá que pagar um dia a mais para os profissionais. A Conselheira Maristela questiona novamente pois a atividade remota foi aprovada pelo Conselho duas vezes esse ano e coloca que quando houver paralisação novamente, tem que pensar com mais cuidado. A Conselheira Clicie coloca que a mudança será feita na quarta-feira que é a hora atividade dos profissionais e a quinta-feira será para organização do espaço, só foi pedido um dia de dispensa para não prejudicar as crianças. A Presidente Ana Lucia coloca que pensa que seriam necessários 2 (dois) dias para a mudança, por se tratar de crianças especiais, o ambiente precisa estar organizado para recebê-las, pois pode acontecer das crianças de desorganizarem. A Presidente Ana Lucia coloca em votação 1 (um) dia que foi pedido, mas o Conselho sugere 2 (dois) dias. Todos os Conselheiros se colocam favoráveis para dispensa de 2 (dois) dias. A Conselheira Leila sugere que seja colocado no calendário 203 dias, para esses casos que aparecerem e de repente já usar um dia para a paralisação. A Presidente Ana Lucia coloca que serão poucos que utilizarão esse terceiro dia. Passando para a próxima correspondência, a Presidente Ana Lucia faz a leitura do ofício nº 985/2024 – SEMED, onde informa que a Escola Anibal Riberio Leal dispensou no dia 27 de setembro, 6 (seis) turmas, a partir das 15h, devido a manutenção do prédio a pedido do TRE, e solicita a reposição dessas 2 (duas) horas por meio de atividade remota, colocando que os pais que não puderam ir buscar seus filhos a Escola se responsabilizou em atendê-los, e os profissionais permaneceram na Unidade. A Presidente pergunta se há alguém contrário à reposição por atividades remota referente às 2 (duas) horas ou se alguém se abstém. Ninguém se manifestou. A Presidente Ana Lucia faz a leitura da última correspondência recebida, o ofício nº 954/2024 – SEMED, informando que a data prevista para reposição do sábado letivo do dia 14/09/24, dos CEMAES, CAEP, CEMITRA, Escolas Especiais: Madre Paulina e Ilza de Souza Santos, será no dia 23/11/24 no período das 13h às 17h. Finalizando a reunião, a Presidente Ana Lucia informa que o Parecer da Escola Madre Paulina foi publicado no dia 11/09, e que o relatório da Conferência de 2017-2018, já foi entregue no gabinete. A Presidente coloca sobre as eleições para diretores, enquanto Conselho, fiquem atentos e qualquer problema informar a comissão. Não havendo mais nada a tratar a Presidente Ana Lucia agradece a presença de todos e encerra a reunião. Eu Valdinéia Santos de Lima, encerro esta ata que foi digitada por mim, e será assinada pela Presidente Ana Lucia Rodrigues.

